

REVISÕES SISTEMÁTICAS OU PSEUDO-REVISÕES? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS METODOLÓGICOS À LUZ DO PRISMA

SYSTEMATIC REVIEWS OR PSEUDO-REVIEWS? A CRITICAL ANALYSIS OF THE APPLICATION OF METHODOLOGICAL CRITERIA IN LIGHT OF PRISMA

¿REVISIONES SISTEMÁTICAS O PSEUDOREVISIONES? UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LA APLICACIÓN DE LOS CRITERIOS METODOLÓGICOS A LA LUZ DE PRISMA

Ana Karine de Araújo Soares¹

RESUMO: A Revisão Sistemática (RS) é considerada o padrão-ouro na hierarquia de evidências científicas por sua capacidade de sintetizar dados de forma rigorosa e reprodutível. No entanto, observa-se uma crescente disseminação de estudos que adotam esse rótulo sem cumprir os requisitos normativos essenciais, configurando as chamadas “pseudo-revisões sistemáticas”. Diante disso, este artigo teve como objetivo analisar criticamente os critérios de sistematicidade à luz das diretrizes do protocolo PRISMA 2020, discutindo as inadequações metodológicas recorrentes e a aplicação do método em diferentes áreas do conhecimento. Por meio de uma análise teórico-crítica fundamentada na literatura contemporânea, o estudo detalha a estruturação da pergunta de pesquisa (acrônimos PICO, SPIDER, CIMO, PCC, entre outros), a importância do registro prévio de protocolo para mitigação de vieses como o *p-hacking*, bem como a necessidade da avaliação sistemática do risco de viés. Diante dos achados, pode-se concluir que o rigor metodológico não constitui apenas uma exigência técnica, mas também ética na produção científica; entretanto, observa-se que uma parcela significativa dos estudos classificados como RS não atende aos critérios mínimos que sustentam essa denominação, configurando um uso indevido e inflacionado do termo. Esta distorção compromete a hierarquia das evidências, fragiliza a confiabilidade das sínteses produzidas e impõe a necessidade urgente de maior rigor conceitual e metodológico por parte de autores, revisores e periódicos científicos.

Palavras-chave: Revisão Sistemática. PRISMA 2020. Rigor Metodológico. Risco de Viés. P-hacking.

ABSTRACT: Systematic Reviews (SR) are considered the gold standard in the hierarchy of scientific evidence due to their ability to synthesize data in a rigorous and reproducible manner. However, there has been a growing proliferation of studies that adopt this label without meeting essential methodological requirements, giving rise to so-called “pseudo-systematic reviews.” In this context, this article aimed to critically analyze the criteria of systematicity in light of the PRISMA 2020 guidelines, discussing recurrent methodological shortcomings and the application of the method across different fields of knowledge. Through a theoretical-critical analysis grounded in contemporary literature, the study details the structuring of the research question (using acronyms such as PICO, SPIDER, CIMO, PCC, among others), the importance of prior protocol registration to mitigate biases such as *p-hacking*, as well as the need for systematic risk-of-bias assessment. Based on the findings, it can be concluded that methodological rigor is not only a technical requirement but also an ethical imperative in scientific production; however, it is observed that a significant proportion of studies classified as SRs do not meet the minimum criteria required to sustain this designation, reflecting an improper and inflated use of the term. This distortion compromises the hierarchy of evidence, undermines the reliability of the synthesized findings, and highlights the urgent need for greater conceptual and methodological rigor from authors, reviewers, and scientific journals.

Keywords: Systematic Review. PRISMA 2020. Methodological Rigor. Risk of Bias. P-hacking.

¹Fundação Altino Ventura (FAV), Recife/PE, Brasil.

RESUMEN: La Revisión Sistemática (RS) es considerada el estándar de oro en la jerarquía de la evidencia científica debido a su capacidad para sintetizar datos de manera rigurosa y reproducible. Sin embargo, se observa una creciente proliferación de estudios que adoptan esta denominación sin cumplir con los requisitos normativos esenciales, configurando las llamadas “pseudo-revisiones sistemáticas”. En este contexto, el presente artículo tuvo como objetivo analizar críticamente los criterios de sistematicidad a la luz de las directrices del protocolo PRISMA 2020, discutiendo las inadecuaciones metodológicas recurrentes y la aplicación del método en diferentes áreas del conocimiento. A través de un análisis teórico-crítico fundamentado en la literatura contemporánea, el estudio detalla la estructuración de la pregunta de investigación (acrónimos PICO, SPIDER, CIMO, PCC, entre otros), la importancia del registro previo del protocolo para la mitigación de sesgos como el *p-hacking*, así como la necesidad de la evaluación sistemática del riesgo de sesgo. A partir de los hallazgos, se concluye que el rigor metodológico no constituye únicamente una exigencia técnica, sino también ética en la producción científica; no obstante, se observa que una proporción significativa de los estudios clasificados como RS no cumple con los criterios mínimos que sustentan dicha denominación, configurando un uso indebido e inflacionado del término. Esta distorsión compromete la jerarquía de la evidencia, debilita la confiabilidad de las síntesis producidas y pone de manifiesto la necesidad urgente de un mayor rigor conceptual y metodológico por parte de autores, revisores y revistas científicas.

Palabras clave: Revisión Sistemática. PRISMA 2020. Rigor Metodológico. Riesgo de Sesgo. *P-hacking*.

INTRODUÇÃO

Escrever uma Revisão Sistemática (RS) é uma tarefa que exige um processo rigoroso e ético, não podendo ser conduzida de forma indeterminada ou meramente narrativa, uma vez que necessita observar os protocolos específicos para garantir sua validade científica (SAMPAIO; MANCINI, 2007). A concepção desses padrões remonta ao final da década de 1990 com o QUOROM (*Quality of Reporting of Meta-analyses*), um guia focado em meta-análises de ensaios clínicos. No entanto, com a necessidade de expandir esse rigor para outras áreas e tipos de revisão, um grupo internacional de especialistas lançou, em 2009, o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (MOHER et al., 2009; PAGE et al., 2022).

Criado com a finalidade de estabelecer um padrão geral na redação de RS, o protocolo PRISMA assegura a transparência e a reprodutibilidade dos dados, permitindo que outros pesquisadores, em qualquer lugar do mundo, validem o método e os resultados encontrados. O guia foi atualizado para o PRISMA 2020, incorporando novos critérios que refletem os avanços na ciência de dados e na disseminação da informação, consolidando-se como a ferramenta essencial para combater a produção de revisões redundantes ou metodologicamente frágeis (PAGE et al., 2022).

Seguir o protocolo PRISMA é um requisito indispensável para a construção de uma RS em qualquer área do conhecimento, independentemente do objeto de estudo (MOHER et al., 2009; PAGE et al., 2022). Embora na área da saúde a exigência metodológica seja mais elevada (BERWANGER et al., 2007), dado que os resultados fundamentam decisões clínicas e políticas públicas importantes, isso não implica uma aplicação flexível do método em outros campos (DE CAMPOS; CAETANO; GOMES, 2023; TAHERDOOST, 2023). Ao contrário, o uso do modelo em diferentes áreas do conhecimento exige a preservação de seus princípios estruturantes, especialmente no que se refere à transparência, à reprodutibilidade e à rastreabilidade das decisões metodológicas.

Nesse cenário, torna-se necessário problematizar o uso indevido do rótulo metodológico “revisão sistemática”, frequentemente atribuído a estudos que não atendem aos critérios mínimos que definem esse delineamento. Observa-se na literatura científica contemporânea, um processo de inflação epistemológica do termo RS, no qual revisões narrativas ou parcialmente estruturadas passam a ser denominadas como sistemáticas sem o devido respaldo metodológico (IOANNIDIS, 2016; PAGE; MOHER, 2016). Essa prática não apenas compromete a precisão conceitual, mas também fragiliza a confiabilidade das evidências produzidas, uma vez que confere aparência de rigor a estudos que não asseguram os pressupostos fundamentais do método (SUDA et al., 2025).

Essas "pseudo-revisões sistemáticas" apresentam falhas, sendo a mais recorrente, a ausência de um protocolo previamente registrado (como no PROSPERO, fortemente recomendado para ampliação da transparência metodológica), o que abre margem para práticas como o *p-hacking* e o viés de publicação, permitindo que os autores ajustem o método conforme os resultados encontrados (STEFAN; SCHÖNBRODT, 2023; IOANNIDIS, 2016). Além disso, a execução de estratégias de busca não reprodutíveis, frequentemente limitadas a um número restrito de bases de dados, impede a verificação independente e compromete a abrangência da síntese. Soma-se a isso a ausência de triagem independente por revisores, elevando a subjetividade no processo de seleção dos estudos, bem como a negligência na avaliação do risco de viés, elemento central para a validade interna das conclusões (PAGE et al., 2022; CUMPSTON et al., 2022; SUDA et al., 2025).

É importante reforçar que a ausência de critérios metodológicos mínimos invalida a classificação de um estudo como RS, independentemente da nomenclatura adotada pelos autores. Quem determina se uma revisão é sistemática ou não, não é o autor do trabalho, mas

sim os critérios metodológicos utilizados. A sistematicidade não pode ser entendida como uma intenção metodológica declarada, mas como um conjunto de procedimentos verificáveis que garantem a confiabilidade, a transparência e a reprodutibilidade do processo de síntese do conhecimento (PAGE et al., 2022; SAMPAIO; MANCINI, 2007), sob pena de descaracterização metodológica do estudo.

Neste contexto, o presente artigo teve como objetivo analisar criticamente os critérios que caracterizam uma revisão sistemática, à luz das recomendações do PRISMA, problematizando o uso indiscriminado desse rótulo na produção científica contemporânea. Buscou-se, assim, identificar e discutir os principais pontos críticos relacionados à condução e ao relato dessas revisões, evidenciando inconsistências entre a denominação adotada e o rigor metodológico esperado. Espera-se que esta reflexão contribua para o aprimoramento dos padrões de publicação, promovendo maior clareza conceitual e metodológica e reforçando a importância da transparência e da reprodutibilidade na sistematização do conhecimento.

MÉTODOS

Trata-se de um ensaio teórico-crítico, de natureza qualitativa, com abordagem analítico-reflexiva e caráter crítico-normativo, desenvolvido com o objetivo de analisar os critérios que definem uma revisão sistemática e identificar fragilidades recorrentes na utilização desse delineamento na literatura científica. A análise foi fundamentada nos princípios de transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico preconizados por diretrizes internacionais amplamente consolidadas, com destaque para o PRISMA 2020 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (PAGE et al., 2022), além de outros documentos complementares utilizados na condução de RS.

O percurso metodológico foi estruturado em duas etapas principais. Na primeira etapa, realizou-se uma análise teórico-metodológica das diretrizes internacionais que estabelecem os critérios mínimos para a condução e o relato de revisões sistemáticas, com o objetivo de identificar os domínios essenciais que caracterizam a sistematicidade desse tipo de estudo. Esses domínios foram organizados em um quadro analítico (Quadro 1), construído a partir da consolidação dos elementos considerados indispensáveis à validade metodológica de uma RS, tais como formulação de pergunta estruturada, estratégia de busca reprodutível, critérios explícitos de elegibilidade, processo de seleção transparente, avaliação do risco de viés e síntese estruturada dos dados.

Na segunda etapa, foi realizada uma análise crítico-interpretativa das inadequações metodológicas recorrentes descritas na literatura científica e observadas na prática acadêmica, especialmente no que se refere ao uso indevido da denominação “revisão sistemática”. A partir dessa análise, foram identificados padrões de fragilidade metodológica que comprometem a caracterização desses estudos como RS, os quais foram sistematizados em um segundo quadro analítico (Quadro 2). Esses padrões incluem, entre outros aspectos, ausência de protocolo previamente registrado, estratégias de busca não reproduzíveis, inexistência de seleção independente por revisores e ausência de avaliação do risco de vies.

A definição dos critérios de sistematicidade adotados neste estudo baseou-se no pressuposto de que a classificação de uma revisão como sistemática deve estar condicionada ao cumprimento de requisitos metodológicos mínimos, verificáveis e reproduzíveis. Assim, a análise desenvolvida neste trabalho assumiu um caráter normativo, ao propor que a ausência de tais critérios compromete a validade metodológica do estudo e invalida sua classificação como RS, independentemente da nomenclatura empregada pelos autores.

Importa destacar que este estudo não teve como objetivo realizar a avaliação individual de RS específicas já disponíveis na literatura, nem proceder a uma análise quantitativa da produção científica. Seu foco está na problematização conceitual e metodológica do uso do termo “revisão sistemática”, a partir da identificação de padrões recorrentes de inadequação e da comparação entre os critérios normativos e sua aplicação na prática acadêmica. Por se tratar de um estudo de natureza teórica e metodológica, baseado em diretrizes internacionais e literatura científica amplamente disponível, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados de modo a explicitar, inicialmente, os fundamentos que sustentam a sistematicidade enquanto constructo metodológico e, em seguida, evidenciar as principais distorções observadas em sua aplicação na literatura científica. Ao articular esses dois planos, normativo e crítico, buscou-se demonstrar que a inadequação metodológica não constitui falha pontual, mas um padrão recorrente que compromete a validade e a confiabilidade das sínteses de evidências rotuladas como RS.

Fundamentos metodológicos e critérios normativos das revisões sistemáticas

A RS consolidou-se como o "padrão-ouro" na hierarquia das evidências científicas, superando a natureza subjetiva e assistemática das revisões narrativas tradicionais. Diferente destas, a RS é tida como uma modalidade de pesquisa original, desenhada para ser metódica, explícita e passível de reprodução (SAMPAIO; MANCINI, 2007). A ascensão da Prática Baseada em Evidências (PBE) reconfigurou esse papel, elevando as sínteses de literatura ao status de estudos científicos com rigor metodológico próprio (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

Historicamente, esse campo se fortaleceu com o avanço da criação de protocolos como o QUOROM e, posteriormente, a Declaração PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que estabeleceu critérios globais para a transparência e o relato das revisões (MOHER et al., 2009). A evolução para o PRISMA 2020 refletiu a necessidade de atualização e adaptação dessas normas aos avanços da ciência de dados, incorporando exigências mais detalhadas para a identificação, seleção e síntese dos estudos. Isso possibilitou o combate às "pseudo-revisões" ou revisões metodologicamente frágeis (PAGE et al., 2022).

O rigor que sustenta a validade de uma RS não é meramente formal, mas uma necessidade ética e normativa para mitigar o viés e garantir a confiança na tomada de decisão clínica e política (BERWANGER et al., 2007). Esses critérios normativos iniciam-se na formulação de uma pergunta de pesquisa estruturada, frequentemente utilizando o acrônimo PICO (População, Intervenção, Comparação e Desfecho/*Outcomes*) ou suas variantes (CUMPSTON et al., 2022). A clareza na delimitação desses componentes é a base que permite a construção de uma estratégia de busca adequada, cujos termos e bases de dados devem ser descritos de forma explícita para garantir a total reprodutibilidade do estudo, um dos pilares do método científico.

Embora o acrônimo PICO seja o pilar central recomendado pelo PRISMA na área da saúde, o protocolo 2020 reconhece a necessidade de adaptabilidade para outras naturezas de investigação. Em contextos de ciências sociais ou humanas, onde a intervenção clínica dá lugar a fenômenos subjetivos, estruturas como SPIDER (*Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation, Research type*) ou PCC (*Population, Concept, Context*) cumprem a função normativa de delimitar o escopo da revisão. O que o PRISMA exige, independente do acrônimo utilizado, é que os componentes da pergunta sejam relatados com clareza suficiente para permitir que a

estratégia de busca e os critérios de elegibilidade sejam derivados logicamente dela (PETERS et al., 2020; PAGE et al., 2022; CUMPSTON et al., 2022).

Esses fundamentos perpassam todas as etapas do estudo (Quadro 1), exigindo que a elegibilidade dos artigos seja pautada em critérios de inclusão e exclusão claramente definidos inicialmente. O processo de triagem deve ser detalhado, abrangendo desde a análise de títulos e resumos até o texto completo, sendo indispensável a indicação de uma seleção independente realizada por, no mínimo, dois revisores. Essa duplicidade visa reduzir a subjetividade e o erro humano na composição do corpo de evidências (PAGE et al., 2022).

Quadro 1 – Critérios definidos para classificação dos estudos quanto à caracterização como RS

Domínio	Critério	Definição operacional
Pergunta de pesquisa	Pergunta estruturada	O estudo apresenta uma pergunta clara e delimitada com base em componentes estruturantes (ex.: PICO, SPIDER, CIMO ou PCC)?
Estratégia de busca	Busca reproduzível	Descrição explícita das bases de dados, termos de busca e estratégia completa que permita replicação
Elegibilidade	Critérios definidos	Inclusão e exclusão claramente descritas
Seleção dos estudos	Processo de triagem	Descrição das etapas de seleção (título/resumo e texto completo)
Seleção independente	Revisores independentes	Indicação de que a seleção foi realizada por ≥2 revisores
Transparência	Fluxo de seleção	Apresentação de fluxograma (ex.: modelo PRISMA 2020)
Validade interna	Avaliação de viés	Realização de avaliação da qualidade metodológica ou risco de viés dos estudos incluídos
Síntese dos dados	Síntese estruturada	Organização sistemática dos resultados (qualitativa e/ou quantitativa)

Fonte: adaptado de Page et al., (2022).

O processo de desenvolvimento da RS é operacionalizado pela apresentação de um fluxo de seleção, comumente orientado pelo modelo PRISMA, que permite ao leitor rastrear o destino de cada registro (MOHER et al., 2009; PAGE et al., 2022). Além da organização dos dados, a qualidade de uma RS reside na avaliação da validade interna, o que exige uma análise crítica da qualidade metodológica ou do risco de viés dos estudos incluídos (STERNE et al., 2019). Sem esse detalhamento, corre-se o risco de sintetizar evidências frágeis, comprometendo a síntese

final. Portanto, a sistematização dos resultados, seja ela qualitativa ou quantitativa, deve refletir uma organização estruturada que contextualize o poder das evidências frente à pergunta formulada, consolidando a revisão como um instrumento de rigor científico superior (SAMPAIO; MANCINI, 2007; STERNE; EGGER; SMITH, 2001).

A transparência e a validade interna constituem o núcleo crítico da revisão. O uso de revisores independentes e a apresentação de um fluxograma de seleção são essenciais para mitigar a subjetividade e o erro do pesquisador. Contudo, a robustez teórica de uma RS não reside apenas na organização dos dados, mas na avaliação rigorosa do risco de viés dos estudos incluídos (STERNE; EGGER; SMITH, 2001).

O risco de viés refere-se à possibilidade de que características do delineamento, da condução ou da análise de um estudo introduzam distorções sistemáticas em seus resultados, afastando-os da “verdade” estimada. Diferentemente do erro aleatório, o viés atua de forma direcional, podendo superestimar ou subestimar efeitos, o que compromete diretamente a validade interna das evidências. Entre os principais domínios avaliados, destacam-se o viés de seleção (relacionado à forma de alocação dos participantes), o viés de desempenho (diferenças no cuidado entre grupos), o viés de detecção (avaliação dos desfechos), o viés de atrito (perdas de seguimento) e o viés de relato (seleção de resultados reportados) (HIGGINS et al., 2011). Ferramentas como o Cochrane Risk-of-Bias (RoB 2) permitem que o revisor identifique e classifique essas fontes potenciais de distorção de maneira estruturada, garantindo maior confiabilidade e interpretabilidade da síntese final (STERNE et al., 2019).

8

Discutir esses critérios exige compreender que a falha em seguir tais fundamentos pode induzir a conclusões equivocadas na prática clínica e em políticas públicas. Sem a avaliação da validade interna, a revisão corre o risco de "propagar o erro", sintetizando dados de baixa qualidade como se fossem verdades absolutas. Portanto, a síntese estruturada, seja ela qualitativa ou quantitativa (metanálise), deve ser o resultado de um processo onde o rigor normativo serve como o guardião da verdade científica.

Inadequações metodológicas e uso indevido do rótulo “revisão sistemática” na literatura científica

A popularização das RS como o ápice da pirâmide de evidências (SACKETT et al., 2000; HAYNES, 2006; GUYATT et al., 2011) alavancou de forma preocupante a produção em massa de estudos que ostentam esse rótulo, mas carecem do rigor metodológico necessário para

sustentá-lo (IOANNIDIS, 2016). O uso indevido do termo "revisão sistemática" tem sido associado a uma "mega-tolice" (*mega-silliness*) acadêmica, onde a quantidade supera drasticamente a qualidade, gerando redundância e confusão na literatura (PAGE; MOHER, 2016). Muitas dessas publicações funcionam mais como unidades de marketing pessoal ou acadêmico do que como ferramentas de síntese científica (IOANNIDIS, 2016).

Essa “crise” de integridade metodológica resulta no que se pode chamar de "pseudo-revisões sistemáticas". Elas falham em cumprir normas básicas estabelecidas pelo PRISMA, apresentando falhas graves que fragilizam a validade dos desfechos apresentados (SUDA et al., 2025). Conforme sintetizado no quadro 2, as distinções entre uma revisão rigorosa e uma pseudo-revisão sistemática são nítidas e residem na operacionalização de critérios de "sistematicidade".

Quadro 2 - Critérios de sistematicidade em RS e sua violação em pseudo-revisões com implicações metodológicas

Critério de "Sistematicidade"	Situação na "pseudo-revisão sistemática"	Consequências da Falha
Pergunta PICO clara	Frequentemente ausente ou genérica demais.	Viés de seleção e inclusão de estudos irrelevantes para o desfecho.
Busca em Múltiplas Bases	Frequentemente limitada a apenas uma base de referências.	Omissão de dados cruciais e "viés de base", ignorando evidências contraditórias.
Avaliação de Risco de Viés	A etapa mais ignorada ou substituída por "análise de qualidade" superficial.	Conclusões sem validade científica, tratando estudos ruins como evidências fortes.
Protocolo Registrado	Raramente citado ou registrado após o início da análise.	<i>P-hacking</i> , alteração de desfechos no meio do caminho e viés de publicação.
Seleção por Pares	Feita por apenas um autor, sem revisão independente.	Alto risco de erro humano e subjetividade na inclusão de artigos que confirmam a tese do autor.
Estratégia de Busca Descrita	Lista de palavras-chave simples, sem operadores booleanos ou filtros.	Descrição explícita das bases de dados, termos de busca e estratégia completa (incluindo operadores booleanos) que permita replicação.
Critérios de Inclusão/Exclusão	Vagos ou "ad hoc" (criados conforme a leitura dos artigos).	Falta de transparência e manipulação da amostra para atingir um resultado esperado.
Conflito de Interesses	Omitido ou focado apenas na indústria, ignorando vieses acadêmicos.	Comprometimento da neutralidade e perigo de "redundância enganosa" na literatura.

Fonte: autora, (2026).

Uma das falhas mais críticas apontadas no quadro é a ausência de avaliação de risco de viés. Ao ignorar essa etapa, o revisor atribui o mesmo peso a estudos com desenhos frágeis e estudos rigorosos, o que distorce a autoridade epistêmica da revisão (YADAV, 2023). Além

disso, a falta de registro prévio do protocolo facilita práticas como o *p-hacking*, a manipulação de dados para obter significância estatística, e a alteração seletiva de desfechos, o que torna o processo pouco transparente e enviesado (STEFAN; SCHÖNBRODT, 2023).

O *p-hacking* compreende um conjunto de estratégias sutilmente aplicadas, muitas vezes de forma não intencional pelo desejo de publicação, que visam "forçar" resultados estatisticamente significativos ($p < 0,05$) por meio da manipulação de variáveis, exclusão arbitrária de dados ou interrupção precoce da coleta ao atingir o valor desejado (STEFAN; SCHÖNBRODT, 2023). Essa prática compromete fortemente a credibilidade científica, pois infla falsos-positivos na literatura e cria uma ilusão de eficácia onde ela não existe.

No contexto das RS, a falta de um protocolo pré-registrado atua como um catalisador para essa "ciência seletiva", permitindo que os autores escolham quais análises ou subgrupos reportar com base naqueles que confirmam suas hipóteses iniciais (FOLK; DUNN, 2024). Assim, a RS deixa de ser uma síntese imparcial para se tornar uma ferramenta de confirmação de vieses, onde a evidência é moldada para servir à narrativa do pesquisador, em vez de o pesquisador servir à integridade dos dados (IOANNIDIS, 2016; STEFAN; SCHÖNBRODT, 2023).

A análise dessas inadequações é fundamental para compreender o fenômeno que Puljak e Lund (2023) denominam de "epidemia de revisões redundantes". Tal redundância ultrapassa a mera ineficiência no uso de recursos científicos, configurando um problema de natureza ética. A proliferação de revisões conduzidas com fragilidades metodológicas tende a gerar conclusões divergentes ou inconsistentes, comprometendo a confiabilidade da PBE (PULJAK; LUND, 2023). Nesse cenário, o rigor metodológico não pode ser interpretado como um entrave burocrático, mas como um elemento estruturante da integridade científica, essencial para assegurar que as evidências produzidas sejam válidas, reproduzíveis e capazes de sustentar decisões informadas e seguras (FOLK; DUNN, 2024; YADAV, 2023).

Revisões sistemáticas na saúde *versus* outras áreas: o que muda e o que não pode mudar

Embora a metodologia de RS tenha as suas raízes na medicina baseada em evidências, a sua aplicação expandiu-se significativamente para campos como a Educação, Engenharia e Gestão. Esta migração exige uma compreensão clara de que, embora os contextos e objetivos variem, o núcleo normativo que define uma "sistematicidade" deve permanecer inalterado (BARBOSA FILHO, 2024; TAHERDOOST, 2023). A distinção entre as áreas reside, muitas

vezes, na natureza da pergunta e na aplicação dos resultados, mas nunca na permissividade quanto ao rigor (DE CAMPOS; CAETANO; GOMES, 2023).

Nas Ciências da Saúde, o objetivo é frequentemente o suporte à decisão clínica, onde falhas metodológicas podem ter impactos diretos em vidas humanas. Em contrapartida, em áreas como a Educação e Engenharia, o foco costuma recair sobre a síntese teórica e a consolidação de um conhecimento que oriente futuras investigações (SAUNDERS-SMITS, 2024; TAHERDOOST, 2023). No entanto, o uso desse método para fora da saúde tem revelado fragilidades, especialmente no que diz respeito à transparência e à reprodutibilidade (Quadro 3).

Quadro 3 - Comparativo de elementos da RS: Saúde vs. outras áreas

Elemento	Área da Saúde	Outras Áreas
Objetivo	Suporte à decisão clínica e políticas públicas	Síntese teórica e consolidação de conhecimento
Rigor metodológico	Altíssimo (impacto direto em vidas)	Deve ser igualmente rigoroso
Estrutura da pergunta	PICO ou variantes	Pode ser mais flexível (SPIDER, CIMO, PCC, etc.)
Avaliação de viés	Obrigatória	Frequentemente negligenciada (erro crítico)
Protocolo registrado	Fortemente recomendado (ex: PROSPERO)	Raramente utilizado (fragilidade)
Reprodutibilidade	Essencial	Frequentemente comprometida
Consequência de falhas	Risco clínico direto	Desinformação científica

Fonte: Elaborado pela autora com base em SACKETT et al. (2000), HIGGINS et al. (2011), MOHER et al. (2009), PAGE et al. (2022), COOKE; SMITH; BOOTH (2012), DENYER; TRANFIELD; VAN AKEN (2008), IOANNIDIS (2016), PULJAK; LUND (2023), TAHERDOOST (2023) e CAMPOS; CAETANO; GOMES (2023).

Uma das mudanças mais visíveis entre as áreas de aplicação da RS refere-se à estrutura da pergunta de investigação. Enquanto o acrônimo PICO predomina na área da saúde, outras áreas têm adotado modelos alternativos, como SPIDER (mais utilizado em estudos qualitativos, especialmente em educação e ciências sociais) e CIMO (frequente em gestão e áreas aplicadas),

permitindo maior sensibilidade ao contexto e ao fenômeno investigado (DE CAMPOS; CAETANO; GOMES, 2023; TAHERDOOST, 2023) (Quadro 4).

Quadro 4 - Comparativo de Acrônimos para Estruturação de Perguntas por Área

Acrônimo	Área Predominante	Foco Principal
PICO	Saúde / Biológicas	Eficácia de intervenções clínicas e desfechos de saúde.
SPIDER	Ciências Sociais / Humanas	Experiências qualitativas e fenômenos sociais.
CIMO	Gestão / Engenharia / Educação	Mecanismos de causa e efeito dentro de contextos específicos.
PCC	Revisões de Escopo (Geral)	População, Conceito e Contexto (usado para mapear áreas amplas).

Fonte: adaptado de Taherdoost (2023) e De Campos, Caetano e Gomes (2023).

No modelo PICO (*Population* - População, *Intervention* - Intervenção, *Comparison* - Comparação, *Outcome* - Desfecho) a pergunta é estruturada de modo a avaliar, sobretudo, a eficácia de intervenções, sendo amplamente utilizado em estudos clínicos e quantitativos (Higgins, 2008). Já o acrônimo SPIDER (*Sample* - Amostra, *Phenomenon of Interest* - Fenômeno de Interesse, *Design* - Desenho do estudo, *Evaluation* - Avaliação, *Research type* - Tipo de pesquisa) foi desenvolvido para contemplar investigações qualitativas, nas quais o foco não está em intervenções, mas na compreensão de experiências, percepções e processos sociais (Cooke; Smith; Booth; 2012). O modelo CIMO (*Context* - Contexto, *Intervention* - Intervenção, *Mechanism* - Mecanismo, *Outcome* - Resultado) busca compreender relações de causa e efeito em ambientes complexos, sendo particularmente útil em áreas como gestão, engenharia e educação, ao incorporar explicitamente o papel do contexto e dos mecanismos subjacentes aos fenômenos observados (DENYER; TRANFIELD; VAN AKEN, 2008)

Contudo, o que não pode mudar é a obrigatoriedade da avaliação crítica da qualidade dos estudos incluídos. Barbosa Filho (2024) alerta que a omissão da avaliação do risco de viés em revisões de áreas não clínicas constitui um erro crítico, pois compromete a validade interna da síntese e pode levar à incorporação de evidências metodologicamente frágeis como se fossem robustas, distorcendo as conclusões e enfraquecendo a confiabilidade do conhecimento produzido.

Além disso, a prática do registo de protocolo, comum na saúde através de plataformas como o PROSPERO, ainda é incipiente em outras áreas, o que fragiliza a reprodutibilidade

(SAUNDERS-SMITS, 2024), já que o cadastro permite uma maior transparência do processo metodológico utilizado para a realização do estudo. Independentemente da área, a RS deve ser entendida como um processo metódico e explícito; a flexibilidade na escolha das ferramentas não justifica a ausência de rigor. Como concluem De Campos, Caetano e Gomes (2023), a "sistematicidade" não é uma propriedade exclusiva da saúde, mas um padrão de qualidade científica que deve ser rigorosamente transposto para qualquer campo que pretenda produzir conhecimento fiável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que a classificação de um estudo como RS não pode ser sustentada apenas por sua denominação formal, nem pela escolha do autor em denominá-la dessa forma. Deve estar condicionada ao cumprimento rigoroso de critérios metodológicos verificáveis, conforme preconizado por diretrizes internacionais como o PRISMA. Nesse sentido, reafirma-se que a sistematicidade não é uma característica declaratória, mas um atributo metodológico que depende da transparência, da reprodutibilidade e do controle de vieses ao longo de todas as etapas do processo de síntese do conhecimento.

Os achados discutidos ao longo deste manuscrito apontam para um fenômeno preocupante na produção científica contemporânea que é a proliferação de estudos que, embora rotulados como RS, não atendem aos requisitos mínimos que caracterizam esse delineamento. Essas chamadas “pseudo-revisões sistemáticas” configuram não apenas falhas técnicas isoladas, mas um padrão recorrente de inadequação metodológica, frequentemente associado à ausência de protocolo prévio, estratégias de busca não reprodutíveis, inexistência de seleção independente e negligência na avaliação do risco de viés. Tais limitações enfraquecem a validade interna dos estudos e fragilizam a confiabilidade das conclusões apresentadas.

Essa problemática adquire maior gravidade quando se considera que as RS ocupam o topo da pirâmide de evidências, sendo amplamente utilizadas como base para decisões clínicas, formulação de políticas públicas e direcionamento de pesquisas futuras. A utilização de pseudo-revisões como fontes de evidência robusta representa, portanto, um risco epistemológico relevante, uma vez que confere legitimidade científica a sínteses metodologicamente frágeis, potencialmente perpetuando erros, vieses e interpretações distorcidas na literatura.

Adicionalmente, a expansão do uso das RS para além da área da saúde, embora represente um avanço no amadurecimento metodológico de diferentes campos do

conhecimento, tem sido acompanhada por uma flexibilização indevida de seus critérios estruturantes. Ainda que haja variações na natureza das perguntas de pesquisa e nos contextos de aplicação, os princípios fundamentais que sustentam a sistematicidade, como a clareza dos critérios, a reprodutibilidade das estratégias e a avaliação crítica das evidências, não são negociáveis. Sua ausência não configura adaptação metodológica, mas sim descaracterização do método.

Nesse contexto, é necessário avançar para além da simples recomendação do uso de diretrizes como o PRISMA, promovendo uma mudança mais profunda na cultura científica, que valorize não apenas a produção quantitativa de revisões, mas, sobretudo, sua qualidade metodológica. Isso implica maior rigor por parte de autores, revisores e editores, no sentido de exigir a aderência aos critérios normativos antes de reconhecer um estudo como revisão sistemática.

Por fim, destaca-se que o uso indevido do rótulo “revisão sistemática” não deve ser compreendido como uma questão meramente terminológica, mas como um problema de integridade científica. A banalização desse delineamento compromete a hierarquia das evidências e enfraquece a confiança no conhecimento produzido. Assim, reafirmo a necessidade de delimitação clara e criteriosa do que pode, de fato, ser considerado uma RS, sob pena de esvaziamento conceitual e metodológico de um dos instrumentos mais importantes da ciência contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, Valter Cordeiro. Revisão sistemática com metanálise. **Cenas Educacionais**, v. 7, p. e18349-e18349, 2024.
- BERWANGER, Otávio et al. Como avaliar criticamente revisões sistemáticas e metanálises?. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 19, p. 475-480, 2007.
- HAYNES, BRIAN R. Of studies, syntheses, synopses, summaries, and systems: the “5S” evolution of information services for evidence-based healthcare decisions. **Evidence Based Medicine**, v. II, n. 6, p. 162-164, 2006.
- COOKE, Alison; SMITH, Debbie; BOOTH, Andrew. Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. **Qualitative Health Research**, v. 22, n. 10, p. 1435-1443, 2012.
- CUMPSTON, Miranda S. et al. Strengthening systematic reviews in public health: guidance in the Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. **Journal of Public Health**, v. 44, n. 4, p. e588-e592, 2022.

DE CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES, Victor Márcio Laus Reis. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecília; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

DENYER, David; TRANFIELD, David; VAN AKEN, Joan Ernst. Developing design propositions through research synthesis. **Organization Studies**, v. 29, n. 3, p. 393-413, 2008.

FOLK, Dunigan; DUNN, Elizabeth. How can people become happier? A systematic review of preregistered experiments. **Annual Review of Psychology**, v. 75, n. 1, p. 467-493, 2024.

GUYATT, Gordon H. et al. GRADE guidelines: a new series of articles in the Journal of Clinical Epidemiology. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 64, n. 4, p. 380-382, 2011.

HIGGINS, Julian P. T. **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions**. [S. l.]: The Cochrane Collaboration, 2008. Disponível em: <http://www.cochrane-handbook.org>. Acesso em: 5 jun. 2026.

HIGGINS, Julian PT et al. The Cochrane Collaboration's tool for assessing risk of bias in randomised trials. **BMJ**, v. 343, 2011.

IOANNIDIS, John PA. The mass production of redundant, misleading, and conflicted systematic reviews and meta-analyses. **The Milbank Quarterly**, v. 94, n. 3, p. 485-514, 2016.

15

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **BMJ**, v. 339, 2009.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 46, p. e112, 2022.

PAGE, Matthew J.; MOHER, David. Mass production of systematic reviews and meta-analyses: an exercise in mega-silliness?. **The Milbank Quarterly**, v. 94, n. 3, p. 515, 2016.

PETERS, Micah DJ et al. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBI Evidence Synthesis**, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020.

PULJAK, Livia; LUND, Hans. Definition, harms, and prevention of redundant systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 12, n. 1, p. 63, 2023.

SACKETT, David L. et al. Evidence based medicine: what it is and what it isn't. **BMJ**, v. 312, n. 7023, p. 71-72, 1996.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

STERNE, Jonathan AC; EGGER, Matthias; SMITH, George Davey. Investigating and dealing with publication and other biases in meta-analysis. **BMJ**, v. 323, n. 7304, p. 101-105, 2001.

STERNE, Jonathan AC et al. RoB 2: a revised tool for assessing risk of bias in randomised trials. **BMJ**, v. 366, 2019.

STEFAN, Angelika M.; SCHÖNBRODT, Felix D. Big little lies: A compendium and simulation of p-hacking strategies. **Royal Society Open Science**, v. 10, n. 2, 2023.

SUDA, Chiaki et al. Enhancing reporting quality using the preferred reporting items for systematic review and meta-analysis 2020 in systematic reviews of emergency medicine journals: a cross-sectional study. **Cureus**, v. 17, n. 1, 2025.

TAHERDOOST, Hamed. Towards nuts and bolts of conducting literature review: A typology of literature review. **Electronics**, v. 12, n. 4, p. 800, 2023.

YADAV, Shikha. Re-evaluating the Epistemic Authority of Systematic Reviews and Meta-analyses in Contemporary Clinical Discourse. **The Journal of Contemporary Dental Practice**, v. 24, n. 12, p. 919-920, 2024.